



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO ORDINÁRIA
24 de abril de 2026

ATA N.º 3/2026

_____ Aos **vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis**, nesta Vila de Alcanena, no Auditório dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Alcanena, em sessão ordinária, pelas vinte horas e trinta minutos, convocada por edital datado de oito de abril do ano de dois mil e vinte e seis, com a Mesa assim constituída: _____

_____ **Presidente:** António José Ferreira Branco; _____

_____ **Primeira Secretária:** Maria de Lurdes Branco da Graça Simões Quaresma Santos; _____

_____ **Segundo Secretário:** João Carlos Santos Castanheira, Presidente da Junta de Freguesia de Minde, nomeado segundo secretário, para a presente sessão. _____

ORDEM DE TRABALHOS

_____ 1 - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Alcanena e Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila Moreira – Relatório de Ponderação do Período de Discussão e Versões Finais. Documento referência 8464. (Para deliberação) _____

_____ 2 - Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de Bugalhos, Moitas Venda, Monsanto e Serra de Santo António. Documento referência 8873. (Para deliberação) _____

_____ 3 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira e Relação de Processos Judiciais em curso. (Para conhecimento) _____

_____ 4 - Ata número 2/2026, da Sessão Ordinária, realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis. (Para deliberação) _____

_____ 5 - Relatório e Contas dois mil e vinte e cinco RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima. Documento referência 7684. (Para conhecimento) _____

_____ 6 - Relatório e Contas dois mil e vinte e cinco Tágusgas – Empresa de Gás do Vale do Tejo, Sociedade Anónima. Documento referência 7742. (Para conhecimento) _____

_____ 7 - Prestação Contas dois mil e vinte e cinco ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte. Documento referência 7893. (Para conhecimento) _____

_____ 8 - Relatório de Gestão Atividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e cinco da Aquanena – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. Documento referência 8267. (Para conhecimento) _____

_____ 9 - Prestação de Contas Individuais do Município de Alcanena do ano de dois mil e vinte e cinco. Documento referência 9075. (Para deliberação) _____





_____ 10 - Regularização da expropriação de 32.636 m² adicionais na parcela A, B e C da DUP da obra pública denominada “Centro de Interpretação das Nascentes do Alviela”. Documento referência 9114. (Para deliberação) _____

_____ 11 - Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena - Ano dois mil e vinte e seis - Criação de vários postos de trabalho, e ajustamentos ao Mapa. Documento referência 9103. (Para deliberação) _____

_____ 12 - Segunda Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, e das Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte e seis. Documento referência 9280. (Para deliberação) _____

_____ 13 - Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição (dois mil e vinte e cinco). Documento referência 6396. (Para conhecimento) _____

_____ 14 - Regulamento Municipal Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias - Junta de Freguesia de Bugalhos - Ano dois mil e vinte e seis. Documento referência 7833. (Para conhecimento) _____

_____ 15 - Regulamento Municipal Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias - Junta da União de Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro - Ano dois mil e vinte e seis. Documento referência 7834. (Para conhecimento) _____

_____ 16 - Venda de lotes da Zona industrial de Minde por acordo direto - Comissão para conduzir os processos de negociação, verificar as condições de aquisição e aplicar os critérios de seleção. Documento referência 7128. (Para conhecimento) _____

_____ 17 - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de um de novembro de dois mil e vinte e cinco a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Documento referência 7903. (Para conhecimento) _____

_____ 18 - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período um de janeiro de dois mil e vinte e seis a trinta e um de março de dois mil e vinte e seis. Documento referência 8017. (Para conhecimento)

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

_____ **Pelas vinte horas e quarenta e oito minutos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.** _____

Análise dos pedidos de substituição

_____ **1 - Pedido de substituição apresentado por Marco Bruno de Matos Serra.** _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foram convocadas as Senhoras Maria de Lurdes Massacote Toscano e Maria João de Brito Rosa Saturnino Sales, que informaram não poder comparecer.

_____ Seguidamente foi convocado o Senhor **Alexandre José Henriques Coutinho**, candidato seguinte na respetiva lista, **que preencheu a vaga**, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e



septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2 - Pedido de substituição apresentado por António Manuel Mina Duque.** _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor **Nelson Marques Marques**, candidato seguinte na respetiva lista, que preencheu a vaga, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **3 - Pedido de substituição apresentado por Carolina Rosa Cláudio.** _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocada a Senhora **Marta Rodrigues Ferreira**, candidata seguinte na respetiva lista, **que preencheu a vaga**, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **4 - Pedido de substituição apresentado por Eduardo César Pereira Clemente.** _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foram convocados os Senhores Susana Maria Martins Epifânio Frazão Aparício, Sérgio Manuel dos Santos Louro e Ana Rita Nunes Mendes, que informaram não poder comparecer. _____

_____ Seguidamente foi convocada a Senhora **Elsa Ferreira Jorge Neves**, candidata seguinte na respetiva lista, **que preencheu a vaga**, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **5 - Pedido de substituição apresentado por Nuno Miguel Silvério Duarte Marques.** _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocada a Senhora **Ana Mafalda Pereira Duarte**, candidata seguinte na respetiva lista, que preencheu a vaga, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. _____

_____ **6 - Pedido de substituição apresentado por Afonso Paulo Caetano Ribeiro.** _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor Pedro Correia César, que informou não poder comparecer. _____

_____ Seguidamente foi convocado o Senhor **Jorge Xavier Cardoso Bastos**, candidato seguinte na respetiva lista, **que preencheu a vaga**, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. _____



_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **7 - Pedido de substituição apresentado por João Carlos Braga Correia Pinto.** _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor **André Vieira Carreira**, candidato seguinte na respetiva lista, **que preencheu a vaga**, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **8 - Pedido de substituição apresentado por Joana Catarina Oliveira Monteiro**, que substitui Vanessa Maria Alegre Silva Ferreira Bernardo Louro Carlos, que pediu suspensão do mandato por cento e oitenta dias, por motivo de maternidade, com efeitos a partir de dezassete de novembro de dois mil e vinte e cinco. _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor **Paulo Jorge Marques Frazão**, candidato seguinte na respetiva lista, **que não preencheu a vaga**, por não ter comparecido.

_____ **9 - Email de Marisa Gonçalves da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Moitas Venda**, datado de vinte e dois de abril de dois mil e vinte e seis, a informar da impossibilidade, por razões pessoais, de estar presente na Sessão da Assembleia Municipal, e informa que será substituída por **Saúl Manuel Ferreira Gonçalves, Secretário da Junta de Freguesia**. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **Seguidamente, procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia Municipal, com o respetivo registo de presenças, verificando-se a presença de vinte e sete (27) membros**, a saber: Verónica Maria de Feijão e Paiva, Elsa Ferreira Jorge Neves, Bruno Miguel Godinho do Canto Enes, Ana Mafalda Pereira Duarte, Maria de Lurdes Branco da Graça Simões Quaresma Santos, Frederico de Bettencourt Branquinho da Fonseca, Nelson Marques Marques, Maria Judite Jorge Sacramento dos Reis Carvalho, Marisa Cristina Mota Salgueiro, André Vieira Carreira, Luís Miguel Martins Cândido, João António Gomes Calçada, Edite Maria Brites Louro, Filipe Cardoso Bastos, Raquel Ferreira Costa, Marta Rodrigues Ferreira, Susana Margarida Frazão Antunes, Alexandre José Henriques Coutinho, Jorge Xavier Cardoso Bastos, Luís Filipe Mina Pereira Teteto, João Carlos Santos Castanheira, Saúl Manuel Ferreira Gonçalves, Andreia Paixão Graça, Eurico Frazão Justo, António José Machado da Silva, Fernando Manuel Ferreira e António José Ferreira Branco, Presidente da Assembleia Municipal. _____

_____ **Faltaram os Deputados:** _____

_____ - Paulo Jorge Marques Frazão _____

_____ **Membros do Órgão Executivo presentes nesta sessão:** _____

_____ - Rui Fernando Anastácio Henriques _____

_____ - Gabriel de Oliveira Feitor _____

_____ - Nuno Miguel Costa Silva _____

_____ - Maria Clara Moreira Duarte Baptista _____



_____ - Samuel Marques Frazão _____
_____ - Maria Gorete Gonçalves Santos _____
_____ - Tiago Filipe Salgueiro Ancião _____

a) Leitura resumida do expediente _____

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia** deu conhecimento, de forma resumida, do expediente recebido, o qual se prendeu essencialmente com manifestação de solidariedade na sequência da tempestade Kristin e pedidos de substituição para a presente sessão. _____

1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

_____ Encontrando-se público na audiência, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra a quem pretendesse usar da mesma. _____

_____ Não se registaram intervenções do público presente. _____

b) Pedidos de informação ou de esclarecimento que tenham sido formulados no intervalo das sessões da Assembleia Municipal, ao anúncio das respostas dadas pela Câmara Municipal e à resposta a questões anteriormente colocadas pelo público _____

_____ Não houve intervenções relacionados com o presente assunto. _____

c) Resposta às questões anteriormente colocadas pelos Membros, sempre que as mesmas não tenham sido esclarecidas quando enunciadas ou posteriormente, por escrito. _____

_____ Não houve intervenções relacionados com o presente assunto. _____

d) Tratamento e apreciação pelos membros da Assembleia Municipal de assuntos de interesse público relevantes para o Município. _____

_____ Não houve intervenções relacionados com o presente assunto. _____

_____ **Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia** questionou os Senhores Deputados Municipais presentes se tinham alguma questão, comentário ou sugestão a colocar no Período Antes da Ordem do Dia. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Senhora Deputada Verónica Paiva**, que manifestou surpresa pela marcação da sessão da Assembleia Municipal para a presente data, por coincidir com as comemorações do Vinte e Cinco de Abril, facto que originou um número significativo de substituições, uma vez que não é possível assegurar presença em ambos os compromissos. Referiu ainda que, não obstante essa circunstância, o respetivo grupo optou por estar presente na Assembleia, solicitando que tal nota ficasse registada em ata. _____

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia** reconheceu a situação, explicando que a data foi definida a pedido do executivo municipal e estava condicionada pela articulação com a apresentação das contas e a última reunião de Câmara, não se tratando de uma decisão arbitrária da sua parte. _____



_____ e) **Emissão de votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar e de moções e apreciação de recomendações e de resoluções, apresentadas nos termos do presente Regimento, sem prejuízo de poderem ser incluídos no período da ordem do dia.** _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Senhora Deputada Maria Judite Carvalho**, da Bancada dos Cidadãos por Alcanena, que apresentou um Voto de Pesar, pelo falecimento da Professora Maria Otília Sales Souzinha. _____

_____ Perante tal proposta, o **Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a sua integração na presente sessão, com a seguinte redação: _____

_____ “VOTO DE PESAR – Pelo falecimento da Professora Maria Otília Sales Souzinha. _____

_____ Faleceu, no dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e seis, a Professora Maria Otília Sales Souzinha, figura marcante da comunidade educativa do concelho de Alcanena. _____

_____ Nascida em dezanove de dezembro de mil novecentos e trinta e dois, na freguesia e concelho da Nazaré, Maria Otília Sales Souzinha construiu um percurso académico sólido, tendo obtido o Curso de Professores do Oitavo Grupo, o Curso de Professores de Ciências Pedagógicas e a Licenciatura em Apoio Educativo a Populações Especiais. _____

_____ Iniciou a sua atividade docente na Escola Industrial de Torres Novas, em mil novecentos e sessenta e sete, passando, no ano seguinte, pela Escola Industrial de Alcanena. A partir de mil novecentos e sessenta e nove, fixou o seu percurso profissional na então Escola Preparatória Dr. Anastácio Gonçalves, posteriormente Escola E.B. 2,3 Dr. Anastácio Gonçalves, onde lecionou até à sua aposentação, ocorrida em dezanove de dezembro de dois mil e dois. Ao longo de mais de três décadas de serviço dedicado, destacou-se como professora de Português e Francês, contribuindo de forma significativa para a formação de várias gerações de alunos. _____

_____ A sua ligação ao concelho de Alcanena consolidou-se também a nível pessoal, aquando do seu casamento com o Senhor José Dias Patrício Mota, antigo Presidente da Câmara Municipal de Alcanena, tendo aqui fixado a sua residência e integrado plenamente a vida da comunidade local. _____

_____ Pelo seu percurso profissional, pela dedicação ao ensino e pelo contributo relevante para a educação no concelho, a Professora Maria Otília Sales Souzinha deixa uma marca indelével junto de alunos, colegas e de toda a comunidade. _____

_____ Alcanena, vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e seis. O Grupo de Cidadãos por Alcanena”. _____

_____ Após a leitura, as bancadas do PS – Partido Socialista e do CHEGA manifestaram o seu desejo de se associarem ao voto de pesar. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o Voto de Pesar, pelo falecimento da Professora Maria Otília Sales Souzinha, seguido de um minuto de silêncio em sua memória. _____

_____ f) **Votação, por ordem de chegada, de propostas de deliberação referidas na alínea e)**

_____ Não houve intervenções relacionados com o presente assunto. _____



ORDEM DO DIA

Pelas vinte e uma horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu início à Ordem do Dia. _____

PONTO 1 - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Alcanena e Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila Moreira – Relatório de Ponderação do Período de Discussão e Versões Finais. Documento referência 8464. (Para deliberação)

Foi presente a informação referência 8464, relativa aos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) das Operações de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemáticas das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Alcanena e de Vila Moreira, acompanhada do respetivo enquadramento legal. _____

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, na sua redação atual, estabelece o regime aplicável à delimitação das áreas de reabilitação urbana, bem como à aprovação e execução das respetivas operações de reabilitação urbana, enquanto instrumentos de intervenção territorial de iniciativa municipal.

Nos termos do referido diploma, compete aos municípios promover a delimitação das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana e definir a forma de execução das operações de reabilitação urbana, podendo estas revestir natureza simples ou sistemática, sendo que, neste último caso, implicam uma intervenção integrada e estruturada, suportada por um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana.

No caso em apreço, foram elaborados os Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana relativos às ORU – Operações de Reabilitação Urbana Sistemáticas das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana de Alcanena e de Vila Moreira, tendo os mesmos sido submetidos a período de discussão pública, nos termos legais, entre vinte de fevereiro e vinte e um de março de dois mil e vinte e seis, após publicação do respetivo aviso em Diário da República. _____

Durante o referido período, foi igualmente promovida uma sessão pública de apresentação dos documentos, tendo sido assegurada a participação dos interessados. Não foram, contudo, rececionados contributos externos, tendo apenas sido considerados os contributos internos da equipa técnica municipal, posteriormente integrados nas versões finais dos documentos. _____

Foi ainda solicitado parecer ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU - INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I. P.), tendo sido emitidos pareceres favoráveis relativamente a ambos os PERU – Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana. _____

As versões finais dos documentos incorporam ajustamentos pontuais de natureza clarificadora, designadamente no que respeita à continuidade de ações já em curso, à articulação estratégica das intervenções e à atualização dos cronogramas das ações prioritárias, garantindo a



coerência interna dos documentos e a sua conformidade com o enquadramento legal aplicável. _____

_____ Encontra-se igualmente elaborado o Relatório de Ponderação do Período de Discussão Pública, o qual sistematiza os contributos considerados no âmbito do procedimento. _____

_____ Os referidos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana foram aprovados na Reunião da Câmara número oito/dois mil e vinte e seis, realizada em vinte de abril de dois mil e vinte e seis, e submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo décimo terceiro do RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. _____

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à Dra. Susana Loureiro, representante da consultora SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, a qual procedeu à apresentação técnica detalhada do presente ponto. _____

_____ A **Dr.ª Susana Loureiro** explicou que este era o último passo antes da aprovação final, em Assembleia Municipal. As áreas de reabilitação urbana (ARU) foram reajustadas com base no trabalho de campo, que identificou territórios com insuficiências estruturais, nomeadamente edificado antigo em mau estado e espaços públicos a necessitar de intervenção. Os programas apresentados são de natureza mista (edificado e espaço público) e têm um prazo de execução de quinze anos, o máximo permitido por lei, com monitorização contínua. _____

_____ Relativamente à Estratégia e Eixos de Intervenção para Alcanena, a visão estratégica assenta em quatro eixos principais: _____

_____ 1 - Reabilitação do Parque Edificado e Promoção de uma Vila de Proximidade: focado na recuperação de edifícios em ruína ou mau estado, tanto privados como públicos, incluindo equipamentos de utilização coletiva; _____

_____ 2 - Revitalização e Valorização da Dinâmica Industrial: reconhecendo a importância da indústria, este eixo propõe a valorização do edificado industrial devoluto e a promoção de um "urbanismo industrial sustentável" para uma coexistência qualificada com as funções urbanas; _____

_____ 3 - Qualificação das Ligações Urbanas e Mobilidade Sustentável: inclui medidas para melhorar a rede de espaços públicos de circulação, promover a mobilidade elétrica e qualificar o sistema de transportes públicos para reduzir a dependência do automóvel; _____

_____ 4 - Promoção da Sustentabilidade e Resiliência Territorial: propõe a criação de um corredor verde que dará continuidade ao "Projeto Couros", valorizando o vale existente como um "pulmão verde" para a vila e o reforço das infraestruturas básicas. _____

_____ Relativamente à Estratégia e Eixos de Intervenção para Vila Moreira, embora com algumas medidas coincidentes, a estratégia foi adaptada às suas especificidades, com três eixos prioritários: _____

_____ 1 - Requalificação da Área de Atividades Económicas: dada a sua relevância territorial, este eixo foca-se na qualificação dos espaços públicos da zona industrial, na reabilitação do edificado industrial e na transição para um modelo mais responsável, incluindo a potencial criação de uma comunidade de energia renovável; _____



_____ 2 - Reabilitação do Parque Edificado e Valorização da Escala Humana: centra-se na reabilitação do edificado privado e, em menor escala, do edificado público, respeitando a volumetria controlada e a coexistência entre peões e veículos no núcleo central; _____

_____ 3 - Promoção da Sustentabilidade e Resiliência Territorial: engloba a qualificação da rede viária, com especial atenção para a Rua 24 de Junho, propondo medidas de acalmia de tráfego para a transformar de uma via de atravessamento numa rua urbana. Inclui também a valorização de espaços de estar, a criação de novos jardins, a valorização da Ribeira do Carvalho como elemento de ligação ecológica e a criação de um ponto de interpretação paisagística na encosta do miradouro. _____

_____ A Dra. Susana Loureiro concluiu a apresentação informando que a aprovação destes programas ativa um quadro de benefícios fiscais para os proprietários, incluindo deduções no IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis e IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, uma pequena redução no IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e, de forma muito significativa, a aplicação da taxa reduzida de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado a 6% para empreitadas de reabilitação dentro das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Nos termos do artigo décimo terceiro do RJRU - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, foram aprovadas as delimitações das Áreas de Reabilitação Urbana de Alcanena e de Vila Moreira, em simultâneo com as respetivas Operações de Reabilitação Urbana através de instrumento próprio, traduzidas nos respetivos Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Alcanena e do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila Moreira, nas suas versões finais, nos termos do número dois do artigo sétimo do RJRU - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. _____

PONTO 2 - Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de Bugalhos, Moitas Venda, Monsanto e Serra de Santo António. Documento referência 8873. (Para deliberação)

_____ Foi presente a informação referência 8873, que informa que, no âmbito do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, na sua redação atual, foi presente à Câmara Municipal a informação relativa à necessidade de revisão e redefinição das delimitações das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) das freguesias de Bugalhos, Moitas Venda, Monsanto e Serra de Santo António. _____

_____ Da informação apresentada resulta que as referidas ARU – Áreas de Reabilitação Urbana foram anteriormente delimitadas e aprovadas em Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na sessão ordinária realizada em vinte e um de abril de dois mil e vinte e três, tendo sido publicadas através do Aviso número dez mil oitocentos e setenta e oito/dois mil e vinte e três, no Diário da República, segunda série, número cento e sete, de dois de junho de dois mil e vinte e três, com um período de vigência de três anos, atualmente em fase de caducidade. _____



_____ Verifica-se que, durante o período de vigência das delimitações em causa, não foi promovida qualquer Operação de Reabilitação Urbana (ORU), nos termos previstos no artigo décimo quinto do RJRU - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, nem na modalidade simples nem sistemática, o que determina a necessidade de proceder à revisão das delimitações existentes, assegurando a continuidade do enquadramento jurídico necessário à prossecução das políticas municipais de reabilitação urbana. ____

_____ A proposta apresentada sustenta-se na manutenção de uma estratégia municipal alinhada com os objetivos estruturantes do RJRU - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, promovendo uma abordagem integrada do planeamento urbano, com especial enfoque na requalificação do edificado, valorização do património, melhoria das condições de habitabilidade, reforço das acessibilidades, sustentabilidade ambiental e dinamização socioeconómica do território. _____

_____ Mais se evidencia a importância da continuidade destas áreas enquanto instrumento fundamental para a atribuição de benefícios fiscais e incentivos à reabilitação, bem como para a implementação de mecanismos legais de responsabilização dos proprietários quanto ao estado de conservação dos imóveis. _____

_____ Tomou-se ainda conhecimento da informação técnica referência 9370, datada de vinte de abril de dois mil e vinte e seis, referente ao enquadramento jurídico relativo à aplicação da taxa reduzida de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) no âmbito das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) do concelho de Alcanena, em particular no que respeita às ARU – Áreas de Reabilitação Urbana que não dispõem de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) aprovada. _____

_____ Da referida informação resulta que o concelho dispõe de ARU – Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas para todas as sedes de freguesia, verificando-se, contudo, que apenas parte dessas áreas possui ORU – Operações de Reabilitação Urbana formalmente aprovadas, encontrando-se outras - designadamente Bugalhos, Monsanto, Moitas Venda e Serra de Santo António - ainda sem esse instrumento associado. _____

_____ Mais se esclarece que as delimitações atualmente em vigor foram aprovadas em dois mil e vinte e três, em contexto normativo distinto do atual, tendo, entretanto, sido proferido o Acórdão número três/dois mil e vinte e seis do Supremo Tribunal Administrativo, de dezassete de março de dois mil e vinte e seis, com força uniformizadora de jurisprudência, o qual veio estabelecer que a aplicação da taxa reduzida de 6% de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado às empreitadas de reabilitação urbana depende cumulativamente da localização do imóvel em ARU – Área de Reabilitação Urbana e da existência de ORU – Operação de Reabilitação Urbana previamente aprovada para essa mesma área.

_____ Este entendimento veio afastar a interpretação anteriormente adotada, segundo a qual a mera inclusão em ARU – Área de Reabilitação Urbana seria suficiente para efeitos de acesso ao referido benefício fiscal, determinando, assim, uma alteração relevante no enquadramento jurídico aplicável.

_____ Na sequência desta orientação jurisprudencial, os serviços municipais passaram a restringir a emissão de declarações para efeitos de aplicação da taxa reduzida de IVA – Imposto sobre o Valor



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO ORDINÁRIA
24 de abril de 2026

Acrescentado exclusivamente às ARU – Áreas de Reabilitação Urbana com ORU – Operação de Reabilitação Urbana aprovada, prevenindo riscos de natureza fiscal, designadamente no âmbito de eventuais ações inspetivas por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira. _____

_____ Acresce que as novas delimitações das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana atualmente em fase de aprovação já refletem este enquadramento legal, não contemplando, no capítulo dos benefícios fiscais, a possibilidade de aplicação da taxa reduzida de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado prevista na verba 2.23 da Lista I anexa ao Código do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, no caso das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana sem ORU – Operação de Reabilitação Urbana. _____

_____ Não obstante, mantém-se a possibilidade de aplicação da taxa reduzida de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado ao abrigo da verba 2.27 da Lista I do Código do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, desde que verificados os respetivos pressupostos legais, tratando-se de um regime autónomo e independente da existência de ARU – Área de Reabilitação Urbana ou ORU – Operação de Reabilitação Urbana. _____

_____ A informação técnica apresentada assume natureza meramente informativa, visando assegurar o adequado esclarecimento do enquadramento jurídico e fiscal aplicável, bem como garantir a transparência e conformidade legal dos instrumentos a submeter a deliberação. _____

_____ Face ao exposto, foram aprovadas, na Reunião de Câmara número oito/dois mil e vinte e seis, realizada a vinte de abril de dois mil e vinte e seis, as novas delimitações das Áreas de Reabilitação Urbana das freguesias de Bugalhos, Moitas Venda, Monsanto e Serra de Santo António, sendo remetidas à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos do disposto nos artigos sétimo e décimo terceiro do RJRU - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. _____

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia** procedeu ao enquadramento do assunto em apreciação, tendo, de seguida, concedido a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apresentação e esclarecimento da proposta. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara**, explicou que esta medida visa criar territórios homogéneos e estender o processo de renovação urbana, sendo o próximo passo abranger as freguesias restantes. _____

_____ Interveio o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra de Santo António**, Eurico Justo, questionando qual o prazo previsível para a operacionalização das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana nas restantes freguesias, atendendo à referência efetuada pelo Senhor Presidente da Câmara quanto à futura implementação desses instrumentos. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** referiu que, se dependesse apenas da sua vontade, os procedimentos já estariam concluídos, esclarecendo, contudo, que o Município tem vindo a definir prioridades estratégicas, incidindo atualmente sobre Alcanena e Vila Moreira, em virtude dos desafios particularmente exigentes que aquelas freguesias apresentam ao nível do edificado urbano e industrial degradado. _____





ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO ORDINÁRIA
24 de abril de 2026

_____ Referiu ainda que o Município tem desenvolvido um trabalho intenso de captação de investimento e financiamento, tendo mantido recentemente reuniões com diversas entidades, designadamente com o novo Presidente da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, no sentido de assegurar recursos financeiros que permitam responder aos desafios identificados. Sublinhou que os municípios se encontram numa lógica concorrencial no acesso a fundos e investimentos, salientando que o Município de Alcanena tem conseguido posicionar-se favoravelmente em matéria de captação de investimento. _____

_____ Deu como exemplo o Projeto Couros, no âmbito do qual o Município obteve cerca de 10% da verba disponível para os cem municípios da região Centro, perspetivando igualmente a obtenção de financiamento para o Parque Empresarial, fruto da prioridade atribuída a investimentos de natureza produtiva. _____

_____ Acrescentou que o Município não descurou as restantes freguesias, nomeadamente Serra de Santo António, onde têm vindo a ser promovidas intervenções de valorização do património e do território. Informou, ainda, que seria formalizada a assinatura de financiamento no valor de três milhões de euros destinados ao território do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, candidatura apresentada em setembro, destinada à valorização, promoção e organização daquele território, do qual Serra de Santo António constitui um dos elementos de maior relevância. _____

_____ Referiu igualmente que os desafios existentes nas aldeias do concelho assumem características distintas dos verificados em Alcanena e Vila Moreira, exigindo abordagens diferenciadas, acrescentando que o Município tem vindo também a desenvolver trabalho na área da habitação, na sequência de reuniões recentes com a Senhora Secretária de Estado da Habitação, manifestando a expectativa de que Alcanena possa vir a afirmar-se como referência em novos conceitos habitacionais.

_____ Usou novamente da palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra de Santo António, Eurico Justo**, o qual, reconhecendo a importância e necessidade do passo agora dado, bem como o investimento realizado na sua freguesia, manifestou preocupação relativamente às desigualdades fiscais que poderão resultar da inexistência, nas restantes freguesias, de instrumentos equivalentes às ORU – Operações de Reabilitação Urbana já aprovadas noutros territórios. Referiu que tal circunstância poderá gerar dificuldades na resposta às expectativas das populações das freguesias que ainda não dispõem daqueles mecanismos urbanísticos e fiscais. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que a situação não se prolongará indefinidamente, acrescentando que ocorreram alterações legislativas e fiscais que reforçam a necessidade de acelerar os procedimentos em curso. _____

_____ O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra de Santo António, Eurico Justo**, observou, por sua vez, que algumas das alterações entretanto introduzidas vieram restringir benefícios anteriormente existentes, agravando a situação. _____

_____ Por fim, o **Senhor Presidente da Câmara** afirmou que o Executivo está plenamente





consciente das preocupações apresentadas, encontrando-se empenhado em prosseguir o trabalho necessário para dar resposta às mesmas. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovadas, nos termos do disposto nos números um e dois do artigo décimo terceiro do RJRU - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, as delimitações das Áreas de Reabilitação Urbana de Bugalhos, Moitas Venda, Monsanto e Serra de Santo António, conforme consta dos documentos anexos à informação referência 8873, que dela fazem parte integrante.

_____ Mais se deliberou que as referidas delimitações terão um prazo de vigência de três anos, nos termos do disposto no número um do artigo décimo quinto do RJRU - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. _____

_____ Foi ainda tomado conhecimento da informação técnica referência 9370, referente ao enquadramento jurídico e fiscal relativo à aplicação da taxa reduzida de IVA – imposto sobre o Valor Acrescentado no âmbito das Áreas de Reabilitação Urbana. _____

PONTO 3 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira e Relação de Processos Judiciais em curso. (Para conhecimento). _____

_____ Presente, para conhecimento, a Informação número 9446, datada de vinte e um de abril de dois mil e vinte e seis, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre a atividade do Município no período decorrido desde a data da anterior Sessão da Assembleia Municipal até à corrente Sessão da Assembleia Municipal e respetiva Situação Financeira, bem como a Relação dos Processos Judiciais em curso com indicação da fase processual em que se encontram. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira e Relação de Processos Judiciais em curso. _____

PONTO 4 - Ata número dois/dois mil e vinte e seis, da Sessão Ordinária realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis. (Para deliberação) _____

_____ Presente a Ata número dois/dois mil e vinte e seis, realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída, previamente, a todos os Membros da Assembleia Municipal. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade, com 18 votos a favor:** Aprovada a Ata número dois/dois mil e vinte e seis, da Sessão Ordinária realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis. _____

_____ **Não participaram na deliberação da ata** os Senhores Deputados Elsa Neves, Ana Mafalda Duarte, Nelson Marques, André Carreira, Marta Ferreira, Alexandre Coutinho, Jorge Bastos, Saúl Gonçalves e Eurico Justo, por não terem estado presentes na sessão, nos termos do número três do artigo trinta e quatro do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual. _____



5 - Relatório e Contas dois mil e vinte e cinco RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima. Documento referência 7684. (Para conhecimento)

____ Presente, para conhecimento, o Relatório e Contas do ano de dois mil e vinte e cinco, da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima. _____

____ O **Senhor Presidente da Assembleia** procedeu ao enquadramento do assunto em apreciação. _____

____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório e Contas do ano de dois mil e vinte e cinco, da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima. _

6 - Relatório e Contas dois mil e vinte e cinco Tágusgas – Empresa de Gás do Vale do Tejo, Sociedade Anónima. Documento referência 7742. (Para conhecimento)

____ Presente, para conhecimento, o Relatório e Contas do ano de dois mil e vinte e cinco, da Tágusgas – Empresa de Gás do Vale do Tejo, Sociedade Anónima. _____

____ O **Senhor Presidente da Assembleia** procedeu ao enquadramento do assunto em apreciação. _____

____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório e Contas do ano de dois mil e vinte e cinco, da Tágusgas – Empresa de Gás do Vale do Tejo, Sociedade Anónima. _____

7 - Prestação Contas dois mil e vinte e cinco ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte. Documento referência 7893. (Para conhecimento)

____ Presente, para conhecimento, a Prestação Contas do ano de dois mil e vinte e cinco, da ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte. _____

____ O **Senhor Presidente da Assembleia** procedeu ao enquadramento do assunto em apreciação. _____

____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Prestação Contas do ano de dois mil e vinte e cinco, da ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte. _____

8 - Relatório de Gestão Atividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e cinco da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. Documento referência 8267. (Para conhecimento)

____ Presente, para conhecimento, o Relatório de Gestão, Atividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e cinco, da AQUANENA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

____ O **Senhor Presidente da Assembleia** procedeu ao enquadramento do assunto em apreciação. _____

____ A **Senhora Deputada Verónica Paiva** questionou a possibilidade de baixar as tarifas de água, dado o resultado positivo. _____

____ O **Senhor Presidente da Câmara** interveio para explicar que os lucros são essenciais para acautelar os enormes investimentos futuros necessários fazer no sistema, como o encerramento do



aterro, a procura de soluções para as lamas, a despoluição do Rio Alviela e a modernização geral do sistema para cumprir as crescentes exigências ambientais. Referiu ainda que a empresa está a recuperar dos prejuízos que teve durante alguns anos. _____

_____ Argumentou que, sem uma componente nacional de capital, não consegue aceder a fundos europeus, e que as tarifas ambientais tenderão a subir, não a descer. Referiu ainda que o país se encontra significativamente aquém das metas definidas em matéria de resíduos sólidos urbanos e de recolha seletiva, circunstância que poderá implicar a aplicação de avultadas multas a nível nacional. Acrescentou que, neste contexto, o município se encontra igualmente empenhado na obtenção de financiamento que permita reforçar a capacidade de resposta e concretização dos investimentos necessários nesta área. Numa conversa com a Presidente da CCDR – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo discutiram o Quadro Comunitário 28-35, que vai mudar muito a arquitetura que hoje temos. _____

_____ Salientou ainda que, no seu entendimento, importa atuar com prudência e sentido estratégico, de modo a evitar a perda de oportunidades de investimento e financiamento consideradas particularmente relevantes para o desenvolvimento do concelho. _____

_____ O Senhor Vice-Presidente da Câmara e Presidente da **AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima**, reforçou esta posição, detalhando os desafios: o encerramento do aterro custará cerca de dois milhões de euros, com custos de exploração anuais de meio milhão só em gás; o cumprimento da Licença de Descarga que temos até dois mil e trinta e cinco, baseada na nova Diretiva das Águas Residuais Urbanas (DARU) exigirá investimentos avultados em monitorização e controlo; e a renovação de redes antigas, como a de Vila Moreira, está orçada em dois milhões de euros. Referiu ainda o investimento numa captação nova em Vila Moreira com um investimento superior a 300.000,00€ (trezentos mil euros). Sublinhou que a empresa tem um nível de água não faturada de 32% e que a sua capacidade de recurso à banca é limitada, tornando os capitais próprios cruciais para a sua sustentabilidade e capacidade de investimento. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório de Gestão, Atividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e cinco, da AQUANENA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

9 - Prestação de Contas Individuais do Município de Alcanena do ano de dois mil e vinte e cinco. Documento referência 9075. (Para deliberação) _____

_____ Presente o Relatório de Gestão das Contas Individuais do Município de Alcanena, referentes a dois mil e vinte e cinco, bem como os Documentos de Prestação de Contas do ano dois mil e vinte e cinco, com o número de registo 9075, remetidos pela Câmara Municipal de Alcanena. _____

_____ Os referidos Documentos foram aprovados, por maioria, na Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte de abril de dois mil e vinte e seis. _____



_____ O **Senhor Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fundamentar o documento em apreciação. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção informando que se encontrava presente na sessão o ROC – Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal, o qual poderá prestar esclarecimentos de natureza técnica e financeira, caso necessário. _____

_____ Referiu tratar-se de um documento de natureza essencialmente técnica, salientando que a estratégia do município se encontra balizada pela Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o que, naturalmente, reduz as questões ao nível do endividamento. _____

_____ Esclareceu, contudo, que o endividamento da Câmara Municipal corresponde a um bom endividamento e que é legalmente permitido. Acrescentou que, face a alguma especulação existente, importa clarificar que, entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte e um, o valor de empréstimos contratados foi cerca de 7.370.000,00€ (sete milhões, trezentos e setenta mil euros), enquanto, entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco, esse valor foi cerca de 8.290.000,00€ (oito milhões, duzentos e noventa mil euros). _____

_____ No entanto, referiu que, excluindo o investimento associado ao Parque Empresarial, o montante contratado entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco reduz-se a cerca de 3.000.000,00€ (três milhões de euros). Acrescentou que, nesse mesmo período (dois mil e vinte e um – dois mil e vinte e cinco), foram pagos mais de 4.600.000,00€ (quatro milhões e seiscentos mil euros), correspondentes, em grande medida, a dívida transitada de períodos anteriores, incluindo empréstimos de longa data, alguns ainda do século passado. _____

_____ Indicou ainda que, entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte e um, o valor pago foi de 3.300.000,00€ (três milhões e trezentos mil euros), concluindo que, entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco, o município amortizou mais dívida do que aquela que contraiu, excluindo o Parque Empresarial, que considera um investimento positivo e cuja amortização espera que ocorra rapidamente.

_____ Sublinhou que parte significativa da dívida anterior teve como destino investimentos distintos, referindo, a título exemplificativo, que cerca de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) foi aplicado em alcatrão. Em contraste, os empréstimos mais recentes foram direcionados para a área da habitação, nomeadamente um investimento de 1.600.000,00€ (um milhão e seiscentos mil euros) que permitiu alavancar cerca de 30.000.000,00€ (trinta milhões de euros) de investimento. _____

_____ Referiu ainda que, caso se analise a evolução do ativo e do passivo, se verifica que o ativo passou de cerca de 60.000.000,00€ (sessenta milhões de euros) para 90.000.000,00€ (noventa milhões de euros) entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco, enquanto o passivo aumentou para cerca de 14.000.000,00€ (catorze milhões de euros), ou seja, aumentou cerca de 8.000.000,00€ (oito milhões de euros). _____

_____ Esclareceu que estes valores devem ser interpretados à luz do contexto, nomeadamente do facto de o município ter mais de 7.000.000,00€ (sete milhões de euros) por receber do IHRU - Instituto da



Habitação e da Reabilitação Urbana, sendo que, caso uma parte desses montantes tivessem sido recebidos até trinta e um de dezembro, os indicadores apresentados seriam distintos. _____

_____ Sublinhou que, apesar destes fatores, o município mantém uma situação financeira saudável, apresentando um EBITDA de cerca de 1.600.000,00€ (um milhão e seiscentos mil euros). Referiu que as depreciações ascendem a cerca de 2.600.000,00€ (dois milhões e seiscentos mil euros), o que explica o resultado líquido negativo, situação que considera comum à maioria das autarquias. _____

_____ Destacou que o indicador relevante é o EBITDA, evidenciando a capacidade de cumprimento das obrigações, nomeadamente através de prazos de pagamento considerados razoáveis. _____

_____ Referiu ainda que, numa reunião recente com o Presidente do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, na sequência do encontro com a Secretária de Estado, foi questionado sobre a capacidade do município para gerir esta situação, reconhecendo que se trata de um exercício exigente, tendo em conta o elevado montante em dívida por receber, mais de 7.000.000,00€ (sete milhões de euros). _____

_____ Explicou que, apesar das dificuldades inerentes ao funcionamento da administração central, especialmente nos primeiros meses do ano, o município tem conseguido gerir a situação, mantendo o cumprimento dos seus compromissos. _____

_____ Por fim, destacou o crescimento significativo do ativo municipal, referindo que este passou de cerca de 61.000.000,00€ (sessenta e um milhões de euros) para 90.000.000,00€ (noventa milhões de euros) em quatro anos, evidenciando a dimensão do trabalho desenvolvido por uma equipa alargada de colaboradores empenhados e dedicados. _____

_____ A **Senhora Deputada Verónica Paiva** referiu que, da análise efetuada aos documentos disponibilizados, resulta a perceção de que o passivo do município se encontra em crescimento, assim como a taxa de endividamento, ainda que considerando a expectativa de recebimento de financiamentos. Colocou a questão de saber se existe risco de alguns projetos em execução não virem a obter financiamento, o que poderá comprometer o orçamento municipal no futuro. _____

_____ Referiu que, embora tenha sido mencionada a distinção entre “bom” e “mau” endividamento, a perspetiva defendida é a de minimizar o recurso ao endividamento, procurando reduzir riscos. _____

_____ Nesse sentido, questionou se existe risco de algumas obras não serem concluídas dentro dos prazos previstos ou de não obterem financiamento, solicitando esclarecimentos adicionais que permitam uma melhor compreensão e avaliação dos dados apresentados. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que estão a trabalhar para que o risco seja zero, mas que o risco nunca é zero. Referiu que não foi por acaso que estiveram com o senhor Presidente da CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro na passada quarta-feira. Indicou que, neste momento, diria que as coisas vão correr melhor do que tinha inicialmente perspetivado. Acrescentou que é otimista, moderadamente otimista, mas que não quer “deitar foguetes antes da festa”,



pois há sempre fatores imprevisíveis — não sendo supersticioso, mas, como se costuma dizer, “que as há, há”. _____

_____ Referiu que, aparentemente, as coisas vão correr muito bem e até melhor do que estava à espera. Explicou que isso se deve ao facto de os PO - Programas Operacionais necessitarem, neste momento, de executar fundos com urgência, sendo os municípios com melhor desempenho beneficiados. Acrescentou que houve discussões aprofundadas sobre esta matéria durante três dias de reuniões com os Presidentes de Câmara do Médio Tejo e várias entidades. _____

_____ Assim, considera que as coisas irão correr bastante bem, reconhecendo, contudo, que existiu algum risco. Deu como exemplo a escola de Minde: foi elaborado o projeto, apresentada a candidatura e lançado o concurso, mas a obra não avançou, precisamente por se tratar de uma Câmara como a de Alcanena. Referiu que, se fosse um município com maior capacidade financeira, como Aveiro, Oeiras ou Cascais, a obra teria avançado com recursos próprios, o que não é possível numa câmara de menor dimensão como a de Alcanena. _____

_____ Sublinhou que o município dispõe de uma capacidade de investimento anual limitada, na ordem de um a três milhões de euros para todas as áreas, o que obriga a assumir riscos controlados, como foi feito. Acrescentou que irão agora avançar, manifestando expectativa positiva quanto às decisões tomadas, embora reiterando que prefere não antecipar conclusões. _____

_____ Referiu que estas são questões de gestão e de opções estratégicas, podendo cada presidente ter o seu estilo, mas sublinhou que a lei atualmente estabelece limites claros. Explicou que a capacidade de endividamento é apurada ao dia e que os municípios apenas podem utilizar uma percentagem dessa capacidade em cada ano. Destacou que o enquadramento atual é muito diferente do que existia no início deste século. _____

_____ Reiterou que existe “endividamento bom”, que permite alavancar investimento, referindo como exemplos os projetos de habitação e o parque empresarial. Acrescentou que este último tem a vantagem de poder rapidamente financiar-se a si próprio, existindo fundamentos para essa expectativa. _____

_____ Concluiu referindo que, estando presente o ROC – Revisor Oficial de Contas do Município, o convidava a prestar um esclarecimento sucinto sobre a matéria. _____

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia** passou a palavra ao ROC – Revisor Oficial de Contas do Município, que informou que o que iria agora apresentar seria o documento que todos tinham recebido. _____

_____ O **ROC – Revisor Oficial de Contas** tomou a palavra, referindo que, na qualidade de auditor externo do Município, elaborou os documentos que está legalmente obrigado a emitir, os quais foram remetidos quer à Câmara Municipal, quer à Assembleia Municipal, sintetizando as contas do Município, já do conhecimento de todos os presentes. _____

_____ Referiu que, na sua opinião, o processo de prestação de contas pode ser dividido em três partes: uma componente patrimonial — onde se destacam o balanço, a demonstração de resultados e o



mapa de fluxos de caixa —; uma componente orçamental, relativa à execução da receita e da despesa; e, por fim, a análise dos limites e do cumprimento do endividamento. _____

_____ No que respeita ao balanço, explicou que este representa, de forma simplificada, o conjunto dos direitos e das obrigações do Município, correspondendo o ativo aos direitos e o passivo às obrigações perante terceiros. _____

_____ Destacou, ao nível dos ativos fixos tangíveis (equipamentos e edifícios), um aumento significativo em dois mil e vinte e cinco, no valor de 10.820.000,00€ (dez milhões, oitocentos e vinte mil euros), refletindo um forte investimento realizado pelo Município. Esclareceu que este valor já se encontra deduzido das amortizações, que ascenderam a cerca de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), pelo que, em termos brutos, o investimento ronda os 12.000.000,00€ (doze milhões de euros). _____

_____ Referiu que não estão incluídos neste valor cerca de 6.000.000,00€ (seis milhões de euros) de obras comparticipadas pelo IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, uma vez que, devido ao regime de direito de superfície, essas obras são registadas no património do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e não do Município. Indicou que esta rubrica representa cerca de 69% do ativo total. _____

_____ Destacou ainda as participações financeiras, no montante de 19.752.000,00€ (dezanove milhões, setecentos e cinquenta e dois mil euros), com um aumento de 728.000,00€ (setecentos e vinte mil euros), essencialmente decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial, nomeadamente na valorização da participação na empresa municipal AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Referiu também a rubrica “outras contas a receber”, no valor de 4.528.000,00€ (quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil euros), que aumentou 974.000,00€ (novecentos e setenta e quatro mil euros), incluindo essencialmente estimativas de receitas fiscais de dois mil e vinte e cinco a cobrar em dois mil e vinte e seis, como IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, derrama e participação variável no IRS – Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares. _____

_____ Indicou ainda que se encontram refletidos cerca de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) correspondentes a investimentos realizados pelo Município em obras comparticipadas pelo IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana ainda não recebidos, evidenciando um esforço financeiro associado ao forte investimento realizado. _____

_____ Salientou a redução significativa das disponibilidades bancárias, de 7.548.000,00€ (sete milhões, quinhentos e quarenta e oito mil euros), em dois mil e vinte e quatro, para 2.416.000,00€ (dois milhões, quatrocentos e dezasseis mil euros), em dois mil e vinte e cinco, ou seja, uma diminuição de cerca de 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros). _____

_____ Referiu que o total do ativo ascende a cerca de 92.000.000,00€ (noventa e dois milhões de euros), com um crescimento de aproximadamente 7.786.000,00€ (sete milhões, setecentos e oitenta e seis mil euros), correspondente a 9,3%. _____



_____. Quanto ao passivo, destacou as principais componentes: dívida a fornecedores correntes no valor de 1.327.000,00€ (um milhão, trezentos e vinte e sete mil euros), financiamentos bancários no valor de 7.328.000,00€ (sete milhões, trezentos e vinte e oito mil euros), com aumento de 255.000,00€ (duzentos e cinquenta e cinco mil euros), e fornecedores de investimento no valor de 4.562.000,00€ (quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil euros), esta última com um aumento significativo face a dois mil e vinte e quatro, refletindo o volume de obras em curso. _____

_____. Explicou que, caso os valores do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana tivessem sido recebidos atempadamente, o montante em dívida a fornecedores seria inferior. _____

_____. Referiu ainda a rubrica “outras contas a pagar” com o valor de 1.834.000,00€ (um milhão, oitocentos e trinta e quatro mil euros), correspondente ao aumento de gastos de dois mil e vinte e cinco a pagar em dois mil e vinte e seis, nomeadamente encargos com pessoal (férias e subsídio de férias). _____

_____. Destacou uma componente relevante do passivo, no valor de 13.320.000,00€ (treze milhões, trezentos e vinte mil euros), que não corresponde a uma obrigação exigível, mas sim a diferimentos associados a financiamentos de investimentos, que serão reconhecidos como rendimentos ao longo do tempo. _____

_____. Assim, esclareceu que o passivo efetivo com impacto financeiro direto ascende a cerca de 15.500.000,00€ (quinze milhões e quinhentos mil euros), face a 10.000.000,00€ (dez milhões de euros) em dois mil e vinte e quatro, representando um aumento de aproximadamente 5.500.000,00€ (cinco milhões e quinhentos mil euros). _____

_____. Indicou que o rácio de autonomia financeira se situa em cerca de 68,7%, significando que cerca de 70% do ativo é financiado por capitais próprios e 30% por capitais alheios. _____

_____. Relativamente aos resultados, referiu que os rendimentos totais ascenderam a 17.300.000,00€ (dezassete milhões e trezentos mil euros), destacando o aumento das transferências e subsídios correntes, nomeadamente do Orçamento do Estado. _____

_____. Ao nível dos gastos, salientou o aumento das despesas com pessoal, na ordem de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), decorrente de contratações e atualizações salariais. _____

_____. Referiu ainda a rubrica de imparidade de inventários, explicando que a sua reversão parcial está associada à venda de lotes na zona industrial de Minde. _____

_____. Indicou que o EBITDA se situou em cerca de 1.600.000,00€ (um milhão e seiscentos mil euros), sendo o resultado líquido negativo -1.214.000,00€ (um milhão, duzentos e catorze mil euros, negativos) influenciado pelas amortizações, no valor de cerca de 2.661.000,00€ (dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil euros), as quais não implicam saída de caixa. _____

_____. Relativamente à execução orçamental, indicou uma taxa de execução da receita na ordem dos 82,5%, com cobrança de cerca de 32.000.000,00€ (trinta e dois milhões de euros), acima do ano anterior, em termos absolutos, mas em termos percentuais abaixo do ano anterior (98%). _____



_____. Quanto à despesa, referiu uma execução de cerca de 76%, com um total de cerca de 29.600.000,00€ (vinte e nove milhões e seiscentos mil euros) pagos, representando um aumento significativo face a dois mil e vinte e quatro. _____

_____. Sublinhou que o Município cumpriu os princípios orçamentais, apresentando um saldo de gestão de cerca de 1.686.000,00€ (um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil euros). _____

_____. Referiu ainda uma execução relevante do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, na ordem dos 72%, com cerca de 15.000.000,00€ (quinze milhões de euros) investidos. _____

_____. Quanto ao endividamento, explicou que, no início de dois mil e vinte e cinco, o Município apresentava uma dívida de cerca de 7.334.000,00€ (sete milhões, trezentos e trinta e quatro mil euros) e uma margem de endividamento de 5.062.000,00€ (cinco milhões e sessenta e dois mil euros), tendo sido ligeiramente ultrapassado o limite em cerca de 170.000,00€ (cento e setenta mil euros). _____

_____. Esclareceu que, caso os valores do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana tivessem sido recebidos atempadamente, essa situação não se verificaria. _____

_____. Concluiu que, globalmente, o Município apresenta uma estrutura patrimonial sólida, com forte investimento, EBITDA positivo e execução orçamental relevante, sendo o desvio ao limite de endividamento residual e corrigível durante o ano de dois mil e vinte e seis. _____

_____. O **Senhor Deputado Bruno Enes** referiu que gostaria de tentar perceber o motivo do ajustamento tão significativo entre o orçamento inicial e o orçamento efetivamente executado, questionando quais foram os constrangimentos que levaram a esses valores. _____

_____. O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que, relativamente a todas as candidaturas aprovadas, é necessário imputar esses valores ao orçamento. Referiu que ficaram com pelo menos nove ou dez empreitadas desertas. Acrescentou que, ao nível dos empreiteiros, o mercado não consegue responder. _____

_____. Explicou que, se tivesse sido possível executar tudo o que estava aprovado, e se o mercado da construção funcionasse como há cerca de quinze anos — em que a Câmara lançava um concurso e apareciam vinte empreiteiros interessados em executar e havia mão de obra disponível —, considera que teriam conseguido atingir esses objetivos. Contudo, tal não aconteceu porque não foi possível executar, precisamente por falta de resposta do mercado. _____

_____. Referiu que esta é uma preocupação não só da Câmara Municipal de Alcanena, mas de qualquer Presidente de Câmara ou investidor privado, salientando a inexistência de mão de obra qualificada. Acrescentou que a situação se agravou com a conjugação do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, do Portugal 2030 e do encerramento do Portugal 2020. _____

_____. Manifestou a expectativa de que, durante o presente ano, as coisas possam correr melhor nesse aspeto. Referiu que visitou, há poucos dias, cerca de trinta obras em três dias e que, quando tomou posse, tinha apenas duas obras para visitar, nenhuma delas com apoio financeiro comunitário. _____



_____ Indicou que, se outro executivo, que não ele, tivesse tomado posse em outubro de dois mil e vinte e cinco, encontraria cerca de trinta obras em execução. Ainda assim, referiu que existiam mais dez a doze obras que não avançaram, precisamente porque o mercado não respondeu. _____

_____ Acredita que poderá haver uma reorganização do setor, que considera necessária, e que, com o fim do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, a situação possa melhorar. _____

_____ Relativamente aos projetos financiados pelo PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, referiu que todos os que estão em curso serão concluídos ou poderão transitar para o BEI – Banco Europeu de Investimento (empréstimo do Estado através da administração central) ou para o programa Portugal 2030, que, segundo referiu, enfrenta atualmente graves problemas de execução. _____

_____ Sublinhou que esta situação não é exclusiva de Alcanena, tendo sido reconhecida pelo Presidente da CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, acrescentando que, se todos os municípios apresentassem o desempenho de Alcanena, a região não estaria em risco de perder centenas de milhões de euros de financiamento. Concluiu referindo que o Município tem conseguido responder positivamente a estes desafios. _____

_____ **Deliberação, tomada por maioria, com 18 votos a favor e 9 abstenções:** Aprovado o Relatório de Gestão das Contas Individuais do Município de Alcanena, referentes a dois mil e vinte e cinco, bem como os Documentos de Prestação de Contas do ano dois mil e vinte e cinco, que fazem parte do processo a remeter ao Tribunal de Contas e DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais. _____

_____ **Votaram favoravelmente** os Senhores Deputados: Elsa Ferreira Jorge Neves, Ana Mafalda Pereira Duarte, Frederico de Bettencourt Branquinho da Fonseca, Nelson Marques Marques, Maria Judite Jorge Sacramento dos Reis Carvalho, André Vieira Carreira, João António Gomes Calçada, Edite Maria Brites Louro, Raquel Ferreira Costa, Marta Rodrigues Ferreira, Alexandre José Henriques Coutinho, Jorge Xavier Cardoso Bastos, Luís Filipe Mina Pereira Teteto, João Carlos Santos Castanheira, Saúl Manuel Ferreira Gonçalves, António José Machado da Silva, Eurico Frazão Justo, e António José Ferreira Branco, Presidente da Assembleia Municipal. _____

_____ **Abstiveram-se** os Senhores Deputados: Verónica Maria de Feijão e Paiva, Bruno Miguel Godinho do Canto Enes, Maria de Lurdes Branco da Graça Simões Quaresma Santos, Marisa Cristina Mota Salgueiro, Luís Miguel Martins Cândido, Filipe Cardoso Bastos, Susana Margarida Frazão Antunes, Andreia Paixão Graça e Fernando Manuel Ferreira. _____

10 - Regularização da expropriação de 32.636 m² adicionais na parcela A, B e C da DUP da obra pública denominada “Centro de Interpretação das Nascentes do Alviela”. Documento referência 9114. (Para deliberação)

_____ Foi presente à Assembleia Municipal a proposta referência 9114, de regularização da situação decorrente da expropriação de parcelas destinadas à obra pública denominada “Centro de Interpretação das Nascentes do Alviela”, cuja utilidade pública foi declarada por despacho de quatro de março de mil novecentos e noventa e seis, de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração



Local e do Ordenamento do Território, com a respetiva declaração publicada no Diário da República, II Série, número noventa e dois, de dezoito de abril de mil novecentos e noventa e seis, tendo autorizado a tomada de posse administrativa por despacho de vinte e um de março de mil novecentos e noventa e sete, conforme declaração publicada no Diário da República, II Série, número setenta e nove, de quatro de abril de mil novecentos e noventa e sete, segundo suplemento. No âmbito do respetivo processo de expropriação, verificou-se, após levantamento topográfico atualizado, que as áreas efetivamente ocupadas nas parcelas A, B e C excedem as inicialmente expropriadas, tendo esses excessos sido utilizados na mesma finalidade pública e integrando-se funcionalmente nas áreas já afetadas ao domínio público municipal. _____

_____ Mais, foi referido que, tendo em conta os valores indemnizatórios pagos à data da expropriação e a necessidade de regularização da situação, as partes manifestaram vontade de resolver a questão por mútuo acordo, ao abrigo do disposto no artigo vigésimo quarto do Código das Expropriações, fixando-se o montante global de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), já atualizado, a título de compensação pelos excessos de ocupação, excluindo-se do acordo áreas ocupadas posteriormente no âmbito da construção do parque de estacionamento. _____

_____ Nestes termos, foi proposta a submissão à Assembleia Municipal da minuta de acordo de regularização da expropriação das áreas adicionais, prevendo o pagamento da importância acima referida em duas prestações de igual montante. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a minuta do acordo de regularização da expropriação relativa a 32.636 m² adicionais, correspondentes às parcelas A, B e C, passando a área total efetivamente ocupada a 82.636 m², em substituição da área de 50.000 m² prevista na Declaração de Utilidade Pública, conforme exposto na proposta referência 9114, nos termos e condições constantes da respetiva minuta de acordo, bem como o pagamento da indemnização global no montante de €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), relativa à expropriação das áreas adicionais. _____

_____ A deliberação reporta-se à situação decorrente da expropriação de parcelas destinadas à obra pública denominada “Centro de Interpretação das Nascentes do Alviela”, parcelas A, B e C, desanexadas, ao tempo, da parte rústica do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial sob os n.º 00757/20-11-96, de Malhou, n.º 01776/20-11-96, de Alcanena, n.º 00826/20-11-96, da freguesia de Monsanto e n.º 00524/20-11-96, de Louriceira e inscrita sob o artigo terceiro da secção A1 a A3, rústico da então freguesia do Malhou, e artigos cento e oitenta e quatro, cento e oitenta e cinco e cento e oitenta e seis urbanos da então freguesia da Louriceira, cuja utilidade pública foi declarada por despacho de quatro de março de mil novecentos e noventa e seis, de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, com a respetiva declaração publicada no Diário da República, II Série, número noventa e dois, de dezoito de abril de mil novecentos e noventa e seis, tendo autorizado a tomada de posse administrativa por despacho de vinte e um de março de mil novecentos e



noventa e sete, conforme declaração publicada no Diário da República, II Série, número setenta e nove, de quatro de abril de mil novecentos e noventa e sete, segundo suplemento. _____

PONTO 11 - Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena - Ano dois mil e vinte e seis - Criação de vários postos de trabalho, e ajustamentos ao Mapa. Documento referência 9103. (Para deliberação)

_____ Presente a Informação número 9103, datada de quinze de abril de dois mil e vinte e seis, enviada pela Câmara Municipal, solicitando a esta Assembleia Municipal que aprove a Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena, para o ano de dois mil e vinte e seis, de acordo com o disposto nos artigos vigésimo oitavo e vigésimo nono, da LTFP – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei número trinta e cinco/dois mil e catorze, de vinte de junho, constante na referida Informação. _____

_____ O Senhor Presidente da Assembleia enquadrou o assunto. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena, para o ano de dois mil e vinte e seis, incluindo a criação de doze postos de trabalho e os ajustamentos constantes na informação referência 9103, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, conjugado com a alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto, ambos do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, alterada, e com a alínea a), do número dois, do artigo terceiro, do Decreto-Lei número duzentos e nove/dois mil e nove, de três de setembro. _____

PONTO 12 - Segunda Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, e das Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte e seis. Documento referência 9280. (Para deliberação)

_____ Presente a Informação número 9280, datada de dezassete de abril de dois mil e vinte e seis, na qual se propõe a aprovação a segunda Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e das Grandes Opções do Plano, para o ano de dois mil e vinte e seis. _____

_____ A presente revisão contempla, no Orçamento da Receita, a inscrição do montante de 356.619,00€ (trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e dezanove euros), na rubrica 10.03.01.09 – Estado Calamidade, ao abrigo do Despacho número 4842-A/2026, de catorze de abril, correspondente à transferência efetuada pela Direção-Geral das Autarquias Locais, no âmbito da situação de calamidade decretada pela Resolução do Conselho de Ministros número 15-B/2026, de trinta de janeiro, posteriormente prorrogada e alargada, conforme notificação recebida. _____

_____ No Orçamento da Despesa, através das Grandes Opções do Plano, procede-se à inscrição do projeto 01.121.2026/6 – Estado Calamidade, contemplando ações destinadas a reparações em estradas, arruamentos e outras infraestruturas, edifícios municipais, jardins de infância e escolas, tendo em consideração o levantamento efetuado às condições existentes. _____

_____ É ainda considerada a inscrição no projeto 02.246.2025/70 – Centro Ciência Viva, designadamente a ação relativa à aquisição de terrenos. _____



_____ Em termos globais, a presente Revisão Orçamental traduz-se num reforço do valor de 356.619,00€ (trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e dezanove euros), quer no Orçamento da Receita, quer no Orçamento da Despesa. _____

_____ A Câmara Municipal de Alcanena, na sua reunião realizada em vinte de abril de dois mil e vinte e seis, aprovou, por unanimidade, a segunda Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e das Grandes Opções do Plano, para o ano de dois mil e vinte e seis. _____

_____ Deliberou, também, remeter o assunto à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos do disposto na alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a segunda Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e das Grandes Opções do Plano, para o ano de dois mil e vinte e seis, nos termos do disposto na alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

PONTO 13 - Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição (dois mil e vinte e cinco). Documento referência 6396. (Para conhecimento) _____

_____ Presente, para conhecimento, o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição (dois mil e vinte e cinco). _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição (dois mil e vinte e cinco). _____

14 - Regulamento Municipal Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias - Junta de Freguesia de Bugalhos - Ano dois mil e vinte e seis. Documento referência 7833. (Para conhecimento) _____

_____ Presente, para conhecimento, a deliberação tomada na Reunião de Câmara número sete/dois mil e vinte e seis, realizada em seis de abril de dois mil e vinte e seis, relativa à aprovação do apoio financeiro concedido à candidatura apresentada pela Junta de Freguesia de Bugalhos, no âmbito do Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias, no montante de 10.000,00€ (dez mil euros), nos termos do número dois do artigo oitavo do Regulamento Municipal “Acreditar Alcanena – Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias”, em vigor desde dez de janeiro de dois mil e vinte e três, publicado no Diário da República, segunda Série, Parte H, número seis, de nove de janeiro de dois mil e vinte e três, através do Edital número quarenta e seis/dois mil e vinte e três. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da aprovação do apoio financeiro concedido à candidatura apresentada pela Junta de Freguesia de Bugalhos, no âmbito do Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias, no montante de 10.000,00€ (dez mil euros), nos termos do número dois do artigo oitavo do Regulamento Municipal “Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias”. _____



15 - Regulamento Municipal Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias - União de Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro - Ano dois mil e vinte e seis. Documento referência 7834. (Para conhecimento)

_____Presente, para conhecimento, a deliberação tomada na Reunião de Câmara número sete/dois mil e vinte e seis, realizada em seis de abril de dois mil e vinte e seis, relativa à aprovação do apoio financeiro concedido à candidatura apresentada pela União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, no âmbito do Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias, no montante de 30.000,00€ (trinta mil euros), nos termos do número dois do artigo oitavo do Regulamento Municipal “Acreditar Alcanena – Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias”, em vigor desde dez de janeiro de dois mil e vinte e três, publicado no Diário da República, segunda Série, Parte H, número seis, de nove de janeiro de dois mil e vinte e três, através do Edital número quarenta e seis/dois mil e vinte e três. _

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da aprovação do apoio financeiro concedido à candidatura apresentada pela União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, no âmbito do Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias, no montante de 30.000,00€ (trinta mil euros), nos termos do número dois do artigo oitavo do Regulamento Municipal “Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias”. _____

16 - Venda de lotes da Zona industrial de Minde por acordo direto - Comissão para conduzir os processos de negociação, verificar as condições de aquisição e aplicar os critérios de seleção. Documento referência 7128. (Para conhecimento)

_____Presente, para conhecimento, a deliberação tomada na Reunião de Câmara número sete/dois mil e vinte e seis, realizada em seis de abril de dois mil e vinte e seis, relativa à aprovação da alteração da composição da comissão prevista no artigo sexto do Regulamento para a Alienação de Lotes da Zona Industrial de Minde, mantendo como Presidente o Vereador em regime de permanência, Nuno Miguel Costa Silva, e designados como vogais efetivos Nídia Anacleto Brígida e Ana Cristina dos Santos Lousadas, e como vogais suplentes Sérgio Silva Simões, Joana Nunes e Silva e Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro, prevendo-se a possibilidade de substituição em caso de impedimento, por despacho do Presidente da Câmara. _____

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia** enquadrou o assunto. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** esclareceu ainda que o que está em causa é, essencialmente, a substituição da jurista e a inclusão de mais um membro suplente na composição do júri. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da aprovação da alteração da composição da comissão prevista no artigo sexto do Regulamento para a Alienação de Lotes da Zona Industrial de Minde, mantendo como Presidente o Vereador em regime de permanência, Nuno Miguel Costa Silva, e designados como vogais efetivos Nídia Anacleto Brígida e Ana Cristina dos Santos Lousadas, e como vogais suplentes



Sérgio Silva Simões, Joana Nunes e Silva e Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro, prevendo-se a possibilidade de substituição, em caso de impedimento, por despacho do Presidente da Câmara. ____

PONTO 17 - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de um de novembro de dois mil e vinte e cinco a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Documento referência 7903. (Para conhecimento) _____

____ Presente a Informação referência 7903, datada de trinta e um de março de dois mil e vinte e seis, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, remetendo, para conhecimento, a Listagem acima referida, em cumprimento da Proposta aprovada por esta Assembleia Municipal, na sessão de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e cinco, aquando da emissão da Autorização Prévia Genérica de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. _____

____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de um de novembro de dois mil e vinte e cinco a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco – LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. _____

PONTO 18 - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período um de janeiro de dois mil e vinte e seis a trinta e um de março de dois mil e vinte e seis. Documento referência 8017. (Para conhecimento) _____

____ Presente a Informação referência 8017, datada de um de abril de dois mil e vinte e seis, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, remetendo, para conhecimento, a Listagem acima referida, em cumprimento da Proposta aprovada por esta Assembleia Municipal, na sessão de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e cinco, aquando da emissão da Autorização Prévia Genérica de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. _____

____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de um de janeiro de dois mil e vinte e seis a trinta e um de março de dois mil e vinte e seis – LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. _____

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

____ **O Senhor Presidente da Assembleia, pelas vinte e duas horas e trinta e dois minutos,** declarou encerrada a Ordem de Trabalhos, tendo a Mesa da Assembleia, seguidamente, fixado o Período de Intervenção Aberto ao Público, sem estabelecer limite de tempo, o qual duraria até serem atendidas todas as pessoas presentes na sala, ou que, entretanto, chegassem, ou quisessem solicitar esclarecimentos. _____

____ Não se registaram intervenções do público. _____

____ **Pelas vinte e duas horas e quarenta e oito minutos,** foi encerrada a Sessão, tendo sido deliberado, por unanimidade, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprovar o teor da presente Ata, em



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO ORDINÁRIA
24 de abril de 2026

Minuta, a qual foi assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. _____

_____ Lavrada a presente Ata, nos termos do número um, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a mesma vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, _____

_____ A Primeira Secretária, _____

_____ O Segundo Secretário, _____

